



DESAFIOS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DO BRASIL

Lucimara dos Santos Godoi¹, Leticia Fleig Dal Forno², Regiane da Silva Macuch³

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia, UNICESUMAR, Maringá-PR. Programa de Iniciação Científica da UniCesumar (PIC).

²Co-orientadora, Profa. Dra. do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações e Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. UNICESUMAR, Maringá-PR.

³Orientadora, Profa. Dra. do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações e Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. UNICESUMAR, Maringá-PR.

RESUMO: Este estudo focou-se em esclarecer a reforma do ensino médio no Brasil. O novo Ensino Médio brasileiro está voltado para o mercado de trabalho embora não deixando de continuar formando para o Ensino Superior. Seguindo esta lógica, questionou-se: Os jovens serão preparados para escolher e estudar neste novo formato de Ensino Médio? Para buscar esclarecer esta questão, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a Reforma do Ensino. Pretendeu-se com resultados, discutir sobre os desafios, contradições e perspectivas que esta reforma propicia bem como dissertar sobre a nova proposta de sistematização do Ensino Médio brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios Educacionais; Formação Discente; Reformas Educativas.

1 INTRODUÇÃO

A reforma do Ensino Médio no Brasil vem sendo discutida pelo Ministério da Educação (MEC) desde 1998 a partir do Plano nacional de educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional 9394/2016. Essas discussões têm aprimorado a cada ano, mas como o prazo para a implantação das reformas nas escolas estaduais está próxima, somente agora tornou-se mais explícita aos cidadãos, por meio das propagandas governamentais na televisão. As políticas públicas educacionais passam por um incessante processo de negociação de sentido em torno do que é prescrito na política (LOPES; MACEDO, 2011). Neste sentido, este estudo teve por objetivo sistematizar discussões sobre a reforma do ensino médio, para melhor compreensão sobre o que está sendo ocorrendo.

Diversas questões foram elaboradas para sustentar a discussão, a saber: Quais as medidas provisórias serão tomadas para que o novo ensino médio entre em vigência?; Em qual ano ele será obrigatório?; De que forma os professores e futuros professores em formação construirão seus conhecimentos sobre o novo Ensino Médio?; Quais os benefícios reais aos alunos?; Será que dois anos são suficientes para a formação dos professores, de materiais e estruturas nas instituições de ensino para o novo ensino médio?; Qual o risco da evasão escolar aumentar a partir desta reforma?

A reforma do Ensino Médio, proposta pelo governo federal em 22 de setembro de 2016, é um conjunto de novas diretrizes a serem implementadas via medidas provisórias defendidas pelo Ministro da Educação Mendonça Filho (Agencia Brasil, 2017). Sua implantação pretende ter início em 2018 em algumas escolas, onde se iniciará com as primeiras turmas nesse modelo de ensino e até 2022 deverá ser implantada para as demais escolas.

Em discussão em vídeo do Estadão, a secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro (FORUM ESTADÃO, 2017), disse que os alunos que vão estudar para serem professores nem sempre são aqueles que têm as melhores notas, então, deve se feita uma seleção diferente para os cursos de licenciatura, especialmente Pedagogia, pois essas pessoas futuramente responsáveis pela



formação de outros indivíduos. Nesse referido curso só entrariam pessoas realmente interessadas e conscientes disso, não para simplesmente ter um certificado do curso.

Enquanto isso, está previsto que os professores receberão formação para trabalhar nesse novo modelo de Ensino Médio. De acordo com Freitas (1999, p. 8) a formação dos professores deve ocorrer da seguinte forma:

Para cumprir com eficiência esse objetivo, não é necessário nem desejável que a formação ocorra nas universidades e nos centros em que a produção de conhecimento é parte integrante da formação profissional; é preciso, portanto, separar a formação de professores da formação dos demais profissionais da educação e da pós-graduação acadêmica. No caso do Brasil, é preciso separar a formação de professores do curso de Pedagogia, reservando-o como um curso de excelência para formar profissionais da educação qualificados no campo da produção de conhecimento. Com essa política, desarticulam-se as faculdades e os centros de educação como instituições formadoras de educadores, profissionais de caráter amplo para atuar na docência, instituições que vêm se constituindo como centros produtores de conhecimento, geradores de novas ideias que contestam e fazem a crítica da educação, da escola e do ensino e das políticas moldadas pelas diferentes reformas educacionais (FREITAS, pg.8; 1999).

A formação do docente no Brasil tem algumas falhas, mas o governo quer implantar essa reforma, mesmo que em muitos estados do país, alguns municípios, não tenham uma escola com boa estruturada para a implantação do novo ensino. No entanto, se os professores estiverem preparados para a reforma, certamente a mesma vai acontecer, mas se escola não tem arcabouço e os professores não tem formação e conhecimento da reforma e como eles devem trabalhar para que o aluno tenha autonomia para que possa vir a escolher o que vai estudar, vai ser bem difícil essa reforma acontecer.

O Brasil está bem atrasado no quesito educação em relação aos outros países desenvolvidos, pois é o único que ainda tem esse modelo de ensino médio, todos outros já deixaram esse modelo de educação. Nos diferentes países deu certo o novo modelo, porque houve investimento na formação de professores e nas suas carreiras profissionais. No Brasil, existem milhares de professores que estão para se aposentar e findar suas funções e os novos professores em formação não estão recebendo capacitação para atuarem nesse novo modelo de ensino médio e muitos deles, nem sabem como esse modelo de ensino está sendo elaborado.

O novo ensino médio trará para os estudantes oportunidade de escolher o que pretende estudar durante 1 ano e meio de seu ensino, que terá cinco itinerários formativos: linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino profissional, no entanto as escolas serão obrigadas a oferecer um itinerário e ficará a critério do colégio oferecer os demais itinerários. Portanto, 60% da carga horária será ocupada obrigatoriamente por conteúdos comuns da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os demais 40% serão optativos, conforme a oferta e interesse do aluno, mas seguido do que foi determinado pela BNCC. Com isso, tender-se-á aumentar a evasão escolar, pois se a escola não oferecer os demais itinerários, os alunos que não tem como ir para outra escola que poderá oferecer o itinerário que ele quer estudar, vão acabar evadindo da escola.

Segundo Henriques (2017), economista e superintendente executivo do Instituto Unibanco, em estudo realizado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), "de cada 100 jovens do ensino fundamental, só 65 chegam ao médio e só 7 vão para faculdade". Outro fato abordado por Henriques, cerca de 1,3 milhões de jovens de 15 e 17 anos está fora da escola por motivos como trabalho, gravidez na adolescência e desinteresse.

A reforma do ensino médio só poderá dar certo se os professores estiverem formação adequadas e os alunos começarem a desenvolver essa ideia que terão que escolher o que vão estudar no Ensino



Médio desde o Ensino Fundamental, para quando chegar no Ensino Médio, esteja com a ideia bem mais madura sobre o que deseja estudar nos anos seguintes. O governo estará oferecendo para os professores a residência pedagógica para a sua formação e os alunos do ensino fundamental, terão mudanças nos currículos das escolas. No entanto, será que os nossos jovens que estão no ensino fundamental têm capacidade de escolher o que estudar?

De acordo com Henriques, se os jovens da mesma idade podem escolher quem vai governar o país, o estado e os seus municípios, porque não poderia escolher o que pode estudar, se já faz tantas escolhas importantes na sociedade, essa seria mais uma. Portanto, se o aluno errar em suas escolhas de estudo, quem não erra na vida, o mesmo pode vim aprender com seus erros e melhorar, disse o superintendente diz Henriques.

As estruturas das escolas devem ser melhoradas para a implantação do ensino, pois as mesmas terão que aumentar a carga horaria de 800 horas para mil horas, essa carga horaria pode vim a ser aumentada ainda mais, conforme for acontecendo aprimoramento do ensino, contudo, o Brasil já tem escolas que oferecem esse tipo de ensino com essa carga horaria, segundo Ricardo Henriques e, está dando certo.

A reforma do ensino médio não vai acontecer antes de 2020, pois tem todo um processo e estudos para ser realizado ainda, onde inclui os currículos das escolas que devem ser modificados para a implantação. Segundo Oliveira a reforma educação só acontecerá quando a sociedade for mudada, sendo assim afirma:

Reformar a educação é possível, mas raramente reformas são sustentáveis. Atualmente é comum falar na destruição criadora como estratégias de mudança. Destruir, desconstruir e “ressignificar” podem ser um primeiro passo necessário, mas, por si só, não asseguram coisa alguma. Não há mudança social se não há mudança nas pessoas. Para mudar é necessário entender e alterar os sistemas de incentivos para que as pessoas adotem novos quadros de referências. Mas a motivação extrínseca não se sustenta no longo prazo. (OLIVEIRA,2015, p.172).

No entanto Oliveira relata que se os jovens não estiverem dispostos a mudar os seus olhares para educação, não vai adiantar fazer reformar no ensino, deve ser trabalhado com a sociedade o porquê da mudança do ensino, pois já vem sendo estudada há vários anos no país e deixar explícito a mudança como acontecerá para a sociedade a final a escola não caminha sozinha tem que ter o apoio da sociedade. Pois se a sociedade estiver consciente da mudança sendo assim será mais fácil para os jovens se adequem no novo ensino. Outro assunto que não deve ser deixado de lado é a questão da economia, o que faz a economia de um país crescer é a educação, não o contrário, pois se tiver uma boa educação a consequentemente a economia vai crescer. Quando a educação de um país vai bem os cidadãos participam melhor na sociedade e conhece seus direitos e deveres.

Mary Ragan afirma que “mudanças fundamentais são significativas e profundas. Elas requerem fazer algo profundamente diferente, algo que requer novas aprendizagens e uma nova história, que reconhece o passado, mas ao mesmo tempo se recusa a deixa-lo definir todo o futuro” (Ragan, apud Oliveira, 2015; p.170).

No Brasil a reforma do ensino deveria dar um êxito de diversificação do ensino médio seria a separar o ensino do credenciamento profissional, de modo a dar maior flexibilidade as formações. O credenciamento ou a certificação pode ser assegurado tanto pela a instituição como pelo o indivíduo, para estimular a diversidade. A outra grande condição é que com essa reforma vai transforma o ensino médio em uma verdadeira educação para o trabalho. Onde o governo está se preocupando com as médias de matemática e português, sendo assim ignora as demais matérias e também os alunos que



tem dificuldade de aprendizagem com essas duas matérias, que serão o pilar da nova grade curricular que está sendo imposta no novo ensino médio.

Dentro dessa reforma também teremos os professores sem diploma específico para ministrar aulas, que são profissionais com o “notório saber” reconhecidos pelo o sistema de ensino, possam ministrar aulas exclusivamente para os cursos de formação técnicas e profissionais, desde que os cursos estejam ligados as áreas de atuação dos profissionais. Nessa parte da reforma vem a calhar muito bem para o ensino pois não teremos profissionais o suficiente para lecionar com a reforma do ensino médio e com isso dá se a oportunidade para aquele profissional que não fez licenciatura, mas que tem vontade de lecionar e com isso esse profissional pode estar realizando excelente trabalho com os alunos, sendo melhor que um profissional com licenciatura que já está lecionando vários anos e saturado de sala.

A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura atual do ensino, possibilitando dessa forma que o aluno venha estar “escolhendo” o que se pretende estudar após os seus um ano e meio de ensino normal que estaria estudando com os quatro matérias obrigatória com língua portuguesa e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias e língua inglesa e então depois disso escolher o que vai continuar estudando nos um ano e meio restante do seu ensino, onde a escolas será obrigada oferecer no mínimo um itinerário dos seis que BNCC propõe que escola tenha em seu currículo. Portanto segundo o governo atual se dará mais autonomia para o jovem no momento de escolher o que vai estudar aqui está uma palavra muito importante que me chamou muita a atenção “ autonomia” será que nossos jovens brasileiros sabem o peso dessa palavra hoje, trago uma breve descrição do que significa **autonomia** em nosso dicionário:

Substantivo feminino. Origem ETIM gr. *autonomía* 'direito de reger-se segundo leis próprias.

1. capacidade de governar-se pelos próprios meios. Direito reconhecido a um país de se dirigir segundo suas próprias leis; soberania. Direito de um indivíduo tomar decisões livremente; independência moral ou intelectual.

2. fil. Segundo Kant 1724-1804, capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível.

3. Capacidade de um veículo (esp. aeronave e navio) percorrer uma distância em determinado tempo sem que haja necessidade de reabastecimento.

Dessa forma os jovens estão sendo preparados para quando chegar no ensino médio ter toda essa autonomia que nossos governantes tanto dizem, ou será que essa reforma será mais uma jogada política para maquiagem o ensino brasileiro? É uma questão bastante instigante mais que cabe discutir agora.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2016, uma em cada quatro mulheres jovens de 14 a 29 que não estudavam, o motivo pela evasão escolar e por necessitar a realização de afazeres domésticos como cuidar de crianças ou idosos, onde o percentual das mulheres mencionar esse motivo é de 26% e dos homens 0,8%, a pesquisa também mostra que 24,8% milhões de jovens de 14 a 29 anos de idade, de ambos os sexos não frequentam a escola e 41% estão fora da escola porque trabalham ou está procurando emprego ou vai começar a trabalhar em breve, outros 19,7% disseram que não tem interesse de estudar, com isso fica preocupante se esses números não irão aumentar com a reforma do ensino, como apresentado na Figura 1.



Figura 1: Motivos para não frequentar a escola de pessoas entre 14 a 19 anos

Fonte: (IBGE, Agência de Notícias. Editoria: Estatísticas Sociais, 2017)

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo de cunho bibliográfico-exploratório por meio de artigos veiculados nas bases de dados SCIELO e Portal de Periódicos CAPES/MEC. A recolha de dados focou-se na busca por publicações em língua portuguesa entre os anos de 2012 e 2017. O protocolo utilizado para a coleta de dados baseou-se Sampaio e Mancini (2007) e a análise de dados baseou-se na Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com LEI Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestado por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado. No inciso V, afirma-se que profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo conselho nacional de educação.

A Tabela 1 mostra a ocupação dos jovens brasileiros que estavam em idade de escolarização no ano de 2013:

TABELA 1: Ocupação dos jovens brasileiros em idade de escolarização no ano 2013

Fonte: (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2013)

No ano de 2016, quando a reforma do ensino médio começou a ser divulgada nas mídias, enquanto acadêmica do curso de Pedagogia comecei a analisar que muitas pessoas não tinham informação clara sobre ela, inclusive os professores em formação como eu. Ainda hoje, apesar da reforma ter sido sancionada pelo Governo Federal brasileiro por medida provisória em fevereiro de 2017, poucas pessoas sabem abordar adequadamente o assunto. Isso só fez crescer o meu interesse em pesquisar sobre o assunto, pois para entender como essa reforma está organizada e as possíveis mudanças que gerará na sociedade, será preciso compreender exatamente o que ela significa e o que intenciona promover em termos político-pedagógico, social e econômico aos jovens.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2015 no Brasil existiam 28.025 escolas públicas e privadas de ensino médio regular. Sendo que desse total, 19.857 eram públicas (BRASIL, 2015). Apesar da expansão das matrículas, a universalização do ensino médio permanece como um desafio para as políticas públicas educacionais. Neste sentido, a reforma do ensino médio deveria colocar como desafio essa universalização. Assim, como o crescimento da mão-de-obra e pouca oferta de trabalho, a sociedade precisa produzir uma grande oferta de mão-de-obra, que segundo o governo poderá ser qualificada por meio do ensino médio profissionalizante. Entretanto, os jovens que serão os “supostos” beneficiados dessa nova proposta de ensino não sabem como vão estudar ou como será o acompanhamento acadêmico.

Conclui-se que estudos desta natureza são importantes indicadores para o desenvolvimento dentro das instituições acadêmicas para que se diminua a evasão e a queda do rendimento escolar, bem como se cumpra a formação obrigatória prevista em lei que propicie uma visão de futuro aos jovens de forma realista e eficaz.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. **Conheça os principais pontos da reforma do ensino médio. 09/02/2017.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-02/conheca-os-principais-pontos-da-reforma-do-ensino-medio> Acesso em 22/11/2017.
- ARAUJO e OLIVEIRA, J. B. **Repensando a Educação Brasileira:** o que fazer para transformar nossas escolas. São Paulo: Editora Salta, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL, MEC/INEP. **Censo Escolar.** Brasília, 2015. BRASIL, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Brasília: Ministério da Educação, 2006, v. I, II, III. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos> Acesso em: 10/03/2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação Social. **Cartilha sobre o Novo Ensino Médio é lançada no Senado.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39691> Acesso em 18/01/2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 20/08/2017.
- DAYRELL, J.T.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 229-248. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-medio-sujeitos-e-curriculos-em-dialogo> Acesso em 21 dez. 2016.
- FREITAS, H. C. L.; et al. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/1999.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira** 2013. N32. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf> Acesso em: 10/03/2017.
- IBGE. AGÊNCIA NOTÍCIAS. **Das jovens fora da escola.** Texto de Adriana Saraiva adaptado de gráfico do informativo PNAD Contínua: Educação 2016, produzido pelo IBGE/CDDI/GEDI, 21/12/2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18993-das-jovens-fora-da-escola-26-alegam-cuidar-da-casa-de-criancas-ou-idosos.html> Acesso em: 01 de fevereiro de 2018
- FORUM ESTADÃO. **Tire dúvidas sobre a reforma do ensino médio.** Jornal Estadão – Blog Educação em



15/09/2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,tire-duvidas-sobre-a-reforma-do-ensino-medio,70002000518> Acesso em 08/10/2017.

HENRIQUES, Ricardo. **Pelo direito de escolha na educação**. 26/09/2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pelo-direito-de-escolha-na-educacao,70001950922>

Acesso em 08/10/2017.

KRAWCZYK, N. **Sociologia do Ensino Médio**. Crítica ao Economicismo na Política Educacional. São Paulo: Cortez, 2014.

LEÃO, G.; DAYRELL, J.T. ; REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 1067-1084, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400010&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 30/01/2018.

LOPES, A.C.; MACEDO, E. **Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo**. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p. 249-283.

MEC BRASIL. **Ministra substituta da Educação participa de bate-papo com Senai e internautas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> Acesso em: 01 de fevereiro de 2018

OLIVEIRA, J.B.A. **Repensando a Educação Brasileira**. São Paulo: Salta, 2015.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira-Estrutura e Sistema**. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Autores Associados, 2010.

SIMÕES, C. A. **Vozes dissonantes na reforma do ensino médio**. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/news/vozes-dissonantes-na-reforma-do-ensino-medio> Acesso em 14/01/2017.

SOUZA, A.R. Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar. **Educar em Revista**, n. 22, 2003.

SPOSITO, M. P; SOUZA, R. **Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil**.

In: KRAWCZYK, N. Sociologia do Ensino Médio. Crítica ao Economicismo na Política Educacional. São Paulo: Cortez, 2014, p. 13-32.

UFMG. **Texto para discussão Reforma do Ensino Médio MP 746/2016**. Faculdade de Educação UFMG. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/texto-para-discussao-reforma-do-ensino-medio-mp-7462016/> Acesso em 20/03/2017.

UNICEF/BRASIL. **10 Desafios do Ensino Médio**. Brasília: Unicef, 2014.